

PROJETO DE LEI N.º 3.229, DE 2025

(Do Sr. Helder Salomão)

Modifica a Lei nº 11.888/2008, para dispor sobre assistência técnica pública e auxílio financeiro para adaptações em moradias para pessoas com deficiência.

DESPACHO:

ÀS COMISSÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO; DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA; FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (ART. 54 RICD) E CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)

APRECIAÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

PUBLICAÇÃO INICIAL Art. 137, caput - RICD

PROJETO DE LEI Nº , DE 2025

(Do Sr. HELDER SALOMÃO)

Modifica a Lei nº 11.888/2008, para dispor sobre assistência técnica pública e auxílio financeiro para adaptações em moradias para pessoas com deficiência.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei modifica a Lei nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008, para dispor sobre assistência técnica pública e auxílio financeiro para adaptações em moradias para pessoas com deficiência.

Art. 2º A Lei nº 11.888/2008 passa a vigorar com as seguintes modificações:

	"Art.
20	

V – promover adaptações nas habitações em que residam pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

 \S 3º Para efeitos do disposto no inciso V do \S 2º, consideram-se adaptações, dentre outras:

I – alargamento de portas e corredores;

II - instalação de rampas e nivelamento de pisos;

III – barras de segurança em banheiros e corredores;

IV – adequação da altura de pias, bancadas, interruptores e tomadas;

V – instalação de sistema de sinalização tátil ou sonora acessível.







écnicas de acessibilidade e outras pertinentes.
Art.
30

§ 4º As adaptações de que trata o § 3º observarão as normas

§ 5º As ações destinadas às pessoas com deficiência, de que trata esta Lei, devem contar com a participação de suas entidades representativas.

§ 6º A União deverá reservar recursos específicos para garantir o apoio financeiro destinado à promoção de adaptações nas habitações em que residam pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, de que trata o caput deste artigo. (NR)".

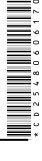
Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposta nasce do nosso compromisso de ver assegurado o direito de que todas as pessoas possam viver com dignidade, segurança e autonomia dentro de suas casas.

A Lei de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social foi uma conquista histórica dos movimentos populares, dos profissionais comprometidos com a justiça social e das famílias que lutam diariamente pelo direito à cidade. Ela reconheceu, com base na Constituição Federal, que o acesso ao conhecimento técnico em arquitetura e urbanismo é também um direito das classes populares, dos trabalhadores e trabalhadoras brasileiros. Foi um passo decisivo na afirmação de que moradia digna não é privilégio, mas fundamento da cidadania.

No entanto, sabemos que o direito à moradia só é plenamente garantido quando ela está adaptada às necessidades de quem nela vive.







Lares desadaptados para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida configuram, assim como outras formas de exclusão, situações concretas de discriminação e isolamento que precisam ser enfrentadas, sobretudo nas periferias brasileiras.

É por isso que o presente projeto propõe incluir, de forma clara e direta, a possibilidade de o poder público prestar apoio técnico e financeiro às famílias que precisem adaptar suas casas — seja para alargar portas, instalar rampas, rebaixar pias ou colocar barras de apoio. Trata-se de pequenas obras, mas que fazem uma diferença imensa na vida de crianças, pessoas idosas e adultos com deficiência e que necessitam delas para viver com autonomia. Ouvimos suas necessidades por várias localidades por onde passamos e acreditamos que se trata de um anseio do povo brasileiro em diversas partes do território nacional. Trata-se do direito de milhões de pessoas de circular, se cuidar, participar da vida familiar e exercer suas vocações e o seu lazer.

Mais do que ajustes físicos, essas adaptações representam um gesto de reparação histórica e de respeito com aqueles e aquelas que foram, por muito tempo, esquecidos nas políticas de habitação. E é justamente por sabermos da potência transformadora da Lei nº 11.888 que propomos este aperfeiçoamento: para que ela abrace com mais força e mais justiça aqueles que mais precisam.

Além disso, o projeto prevê que as entidades representativas das pessoas com deficiência sejam ouvidas e participem das ações que lhes dizem respeito. Como diz o lema do movimento, "nada sobre nós sem nós".

Por fim, garante-se, ainda, que haja recursos reservados especificamente para essas adaptações, reconhecendo que a acessibilidade não é um luxo, mas uma condição mínima para a igualdade de oportunidades.

Acreditamos que este tipo de ação consiste em um passo necessário, coerente com a luta histórica das pessoas com deficiência, dos movimentos de moradia e da arquitetura social. Uma afirmação de que ninguém será deixado para trás.







Contamos com o apoio das senhoras e senhores parlamentares para transformar esse passo em lei, e seguir firmes na construção de um país onde todas as pessoas, em todos os lugares, possam viver com dignidade e pertencimento.

Sala das Sessões, em de de 2025.

Deputado HELDER SALOMÃO

2025-6252







CÂMARA DOS DEPUTADOS

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

LEI Nº 11.888, DE 24 DE	https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:200812-
DEZEMBRO DE 2008.	<u>24;11888</u>

FIM DO DOCUMENTO